

A BATALHA DE ALJUBARROTA: UM DEBATE SOBRE A ALTERIDADE CASTELHANA A PARTIR DO DIÁLOGO ENTRE LUIS DE CAMÕES E FERNÃO LOPES

RODRIGO FRANCO DA COSTA *

RESUMO: Como veremos nesse artigo, a Batalha de Aljubarrota é entendida como um evento marcante na história e historiografia lusitanas. Temos um amplo debate sobre esse acontecimento discutido por historiadores desde Fernão Lopes. Aljubarrota demarca a vitória Portuguesa sobre os Castelhanos, a independência lusitana sobre o rei D. João de Castela, uma revolução (como muitos acreditam ser) feita através dos setores populares que apoiaram o mestre de Avis, e, acima de tudo, a diferenciação do que era entendido como “portugueses” e “castelhanos” pelos próprios cronistas e historiadores de Portugal. Em síntese, esse artigo, tem o objetivo de expor a visão do castelhano de Fernão Lopes e Luís de Camões, mostrando a construção da imagem castelhana como a Alteridade em relação aos portugueses a partir da tradição literária portuguesa de fins da Idade Média e Início do Período Moderno.

PALAVRAS-CHAVE: *Luís de Camões, Fernão Lopes, Alteridade.*

ABSTRACT: As we will see in this article the Battle of Aljubarrota is seen as a landmark event in the Portuguese history and historiography. We have a broad discussion on this event discussed by historians since Fernão Lopes. Aljubarrota demarcates the Portuguese victory over the Castilians, the Lusitanian independence over the King João of Castile, a revolution (as many believe to be) taken through the popular sectors that supported the master Avis, and above all, the differentiation of what was understood as "Portuguese" and "Castilian" by the chroniclers and historians of Portugal. In summary, this article aims to expose the view about Castilian by Fernão Lopes and Luís de Camões, showing the construction of the Castilian image as Otherness in relation to the Portuguese from a literary tradition by the end of Middle Age and the early Modern Period.

KEYWORDS: *Luís de Camões, Fernão Lopes, Otherness.*

Artigo recebido em 19 de Novembro de 2013 e aprovado para publicação em 10 de Janeiro de 2014.

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada E-mail: rodrigo.franco1991@gmail.com

1) A Batalha e a Crônica:

A batalha vai ser matéria de uma tradição literária e historiográfica iniciada e consolidada por Fernão Lopes, sendo detalhadamente trabalhada em suas crônicas (damos destaque para a Crônica de D. João I, escrita em 1443). O Poema camoniano vai manter e dar continuidade a essa tradição literária (como veremos a seguir), configurando a imagem oposta dos castelhanos para os portugueses e, por consequência a própria identidade portuguesa. Assim, debateremos a Batalha de Aljubarrota e a ideia de Alteridade castelhana observando os escritos do cronista e do poeta.

O conflito em Aljubarrota se inicia por uma série de problemas em relação às questões dinásticas entre as coroas de Portugal e Castela. Oliveira Marques debate as origens desse conflito de forma detalhada:

As primeiras querelas sociais haviam já começado quando D. Fernando casara com Leonor Teles (1372). Cedo voltaram a eclodir quando o rei morreu, em 1383. Na falta de herdeiro masculino, a sucessão de D. Fernando passou para sua única filha legítima, D. Beatriz, que ele casara com D. João I, rei de Castela, depois de sua terceira derrota. As cláusulas do matrimônio confiavam a regência e o governo do reino à rainha – mãe, Leonor Teles, até filho ou filha nascer a Beatriz. Quaisquer que fossem as circunstâncias os reinos deveriam viver permanentemente separados. (MARQUES, A. H., 1976: 187.)

O rei D. João de Castela, almejando a anexação do território português e vendo a dificuldade de consegui-lo sem os ônus de um conflito armado dispôs-se a tentar invadir o território lusitano. Com o clima cada vez mais propício para o combate armado, a população se apoia no Mestre de Avis, filho bastardo do antigo rei D. Pedro I. D. João Mestre de Avis derrota o Conde Andeiro e reúne forças para combater o rei castelhano.

D. João I de Castela decidiu invadir Portugal e tomar conta do poder. A este passo violento moveu – o porventura, a crescente oposição ao governo de Leonor Teles e do seu amante, o conde João Fernandes Andeiro. Andeiro e Leonor tinham contra si as fileiras médias e inferiores da burguesia sob o comando do Mestre de Avis. O ódio contra Castela e os castelhanos obrigou o mestre de Avis a encabeçar uma revolta contra os dois grupos: Leonor Teles – Andeiro e D. João I – Beatriz. Ele ajudou a matar Andeiro, obrigou a rainha D. Leonor Teles a fugir a unir forças com João I de Castela e proclamou-se a si regedor e defensor do reino. Fez depois enviar embaixadores a Inglaterra com o propósito de renovar aliança política contra Castela. (Idem: 184 – 185)

João Gouveia Monteiro, assim como Oliveira Marques, também aponta as contradições e as tensões provenientes dos imbróglis dinásticos e sucessórios do trono, além da aberta oposição do Mestre de Avis:

A morte de D. Fernando trouxe à superfície contradições, bastante agravadas pelo monarca defunto não ter deixado nenhum filho herdeiro, estando – por estratégia da

Rainha Leonor Teles de Menezes e do Conde João Fernandes Andeiro – a sua filha (Beatriz) casada com o monarca de Castela. Com o infante D. João (filho de Pedro e Inês) prudentemente aprisionado em Castela, acabaria por ser em torno de outro bastardo régio (João, filho de D. Pedro I e de uma dama de nome Teresa Lourenço), emblematicamente o mestre da ordem militar de Avis, que se organizaria a oposição à regente e ao seu principal válido. Em nome da renovação da nobreza da corte de Portugal, excessivamente dominada pelos exilados castelhanos e galegos e seus aliados portugueses (circunstanciais ou não), todos eles sobre tutela da rainha viúva e do seu principal apoiante o conde Andeiro. (MONTEIRO, 2003: 14)

A vitória da Batalha de Aljubarrota implica o início da consolidação da ideia de Portugal, pois temos não apenas a independência política de seu reino, mas a percepção de participação política da população.

Lisboa, que era já na época o centro político, econômico, social e cultural do país, cobiçado pelo rei de Castela e defendido estrategicamente na batalha de Aljubarrota, foi também o lugar onde nasceram a ideia, a vontade e a ação de rejeição a rainha, de escolha do Mestre, de defesa da independência e de adoção de novas medidas governativas. Era realmente Portugal que ali se decidia, porque ali estavam representados todos os (verdadeiros) portugueses. (AMADO, 1991: 37.)

O final da batalha consolidou um novo período histórico para Portugal, pois essa independência política acima citada passou contribuir para a validação das posses das terras pertencerem, segundo o próprio Fernão Lopes, ao “poboo”. O cronista marca, a partir desse momento, o período Histórico conhecido como a “Sétima Idade”. João Gouveia Monteiro ajuda-nos a debater essa questão:

O desfecho da batalha garantiu a independência portuguesa face a Castela, ao consagrar a vitória do partido do mestre de Avis, e com ele, a chegada ao poder de uma nova geração de gentes, aquilo que o magistral Fernão Lopes consideraria o início de uma ‘sétima idade do ouro’. A consolidação da independência do pequeno reino português face a Castela é incontestável, mas parece-me, assim, mais uma resultante da batalha do que propriamente uma causa direta de sua realização. (MONTEIRO, 2003: 6 – 9.)

O autor ainda nos insere uma característica importante da representação da guerra contra Castela e da Batalha de Aljubarrota, que seria a forte adesão à causa do Mestre de Avis por parte de uma nobreza com um prestígio relativamente baixo, geralmente secundogênitos, e principalmente pelas massas populares, setores fundamentais para essa renovação política em Portugal. Essa imagem fora construída primeiramente por Fernão Lopes ao falar da “Arraya Meuda”.

Em torno do mestre de Avís agregam – se sobretudo filhos bastardos e secundogénitos, uma boa parte deles com carreiras feitas no seio das ordens militares de Avis, do Hospital de Cristo ou de Santiago. Não pode passar – nos despercebido o facto de a liderança deste partido pertencer ao mestre de uma dessas ordens militares, ele próprio um bastardo régio e, complementarmente a Nun’Álvares Pereira, filho secundogénito de uma família profundamente ligada a Ordem do Hospital. (Idem: 15)

Estes conflitos contra Castela, principalmente a conhecida Batalha de Aljubarrota e as transformações políticas que se sucederam pondo o príncipe bastardo Dom João I, Mestre da casa de Avis, no poder, deveriam ser lembrados para a própria legitimação da dinastia, mas principalmente pela nova relação que Fernão Lopes nos mostrara do território com os portugueses. Crescia nesse momento uma afinidade étnica e cultural entre os territórios lusitanos e seus habitantes, nasce nesse momento a necessidade das *Crônicas geral de Portugal de 1419* e da *Crônica de D. João I*. Antonio José Saraiva, consegue expor de forma muito inteligente essa questão:

Portugueses morreram de um lado e de outro, uns em nome da lealdade dinástica, outros em nome de uma realidade nova, mas ainda sem nome próprio, a que nesse tempo se aplicava o nome de “amor a terra”, isto é, fidelidade a uma tradição local, independente das raízes hispânicas. É natural que este novo sentimento se quisesse exprimir e justificar na historiografia, que em todas as épocas e em todos os tempos é inspirada pelos sentimentos de solidariedade e continuidade no tempo dos grupos étnicos e outros grupos sociais. Facilmente se compreende que tenha aparecido à de Aljubarrota o projeto de uma crônica exclusiva de Portugal. (SARAIVA, 1995: 161 – 162)

Saraiva ainda nos expõe a necessidade da justificativa ideológica de exaltação da Dinastia de Avis. O autor entende que Fernão Lopes seria o homem, como cronista do rei, mais adequado para consolidar essa afirmação histórica ao reinado do Mestre de Avis, agora, rei D. João I de Portugal e Algarves. O papel político de Fernão Lopes é deveras importante, pois a sucessão da nova dinastia fora dada por um golpe de Estado.

Fernão Lopes é o cronista a serviço da corte de D. João I e de seus filhos. A nova dinastia resultara de um golpe de estado, em que D. João, mestre de Aviz, foi eleito rei. D. João deveu essa eleição ao facto de ter assumido a chefia do movimento popular que rejeitava o legítimo herdeiro do trono, D. João de Castela, casado com a filha do falecido D. Fernando. Pesava, portanto, um labél de ilegitimidade sobre a nova dinastia e a missão principal de Fernão Lopes como cronista, era justificá-la. São de sua autoria, com toda a probabilidade a Crônica de Portugal de 1419, a crônica de D. Pedro I e a crônica de D. Fernando, as duas primeiras partes da crônica de D. João I. (Idem: 166)

Hernâni Cidade entende que a importância de Fernão Lopes para a história e para a literatura portuguesa se deve ao seu compromisso com a verdade que envolve os seus escritos, principalmente do seu estilo singular de enredamento histórico, por esse motivo o seu pioneirismo como historiador português.

Fernão Lopes foi o primeiro dos cronistas medievais portugueses, não pela data em que escreveu, mas por ter sido o primeiro a dar as suas obras, ou crônicas, o caráter de verdadeira história narrativa. A função conferia-lhe certo prestígio social, como uma espécie de grau de nobreza, mas eram sobretudo seus talentos de escritor que lhe granjeavam o acolhimento afectuoso da corte. (CIDADE & SELVAGEM, s/d: 133)

Cidade nos apresenta o perfil de escrita de Fernão Lopes, nos expondo as qualidades do cronista. Apesar da rica análise de Hernâni Cidade, é notável a parcialidade em que este escreve sobre o cronista.

Fernão Lopes é um prosador ricamente dotado, dominando a língua ao ponto de fazer dela aparelho transmissor de todo panorama de uma grande época - estrépto de batalha se movimentos festivos, embate de paixões e lampejos de ironia, o pitoresco dos comentários populares – toda a vida material e moral de um povo, em momento singularmente perturbado. Esboça as qualidades essenciais de um historiador, como hoje o compreendemos, não lhe faltando cuidado incansável na investigação, nem a acuidade vivíssima na crítica, a íntegra compreensão da realidade que a história deve abranger, nem a ductilidade do narrador, conhecedor de todas as manhas para captar a atenção do leitor. (CIDADE, 1968: 31.)

Fidelino de Figueiredo também descreve as características do cronista e historiador português que teve grande importância na tradição literária portuguesa medieval. Ele entende Fernão Lopes como revolucionário na arte da prosa, expondo a capacidade de envolver o leitor e a introdução dos setores populares nos registros escritos:

O que será indiscutível é ser ele o nosso principal prosador medieval e um verdadeiro reformador da arte historiográfica. Particularmente impressiona o seu conhecimento dos homens e das multidões e a simplicidade com que lhes põe a nu os desígnios reiteiros e calculados. É o único autor português medieval que nos dá a sensação de experiência profunda de vida, aliada ao poder de expressão. (FIGUEIREDO, 1944: 95.)

Antônio José Saraiva nos expõe ainda que o cronista narra em sua *Crônica de D. João I* a substituição do direito tradicional com a deposição da rainha e derrota do Rei D. João de Castela, fazendo-se vigorar um novo direito em Portugal, direito esse voltado (pelo menos no discurso) para os habitantes da terra, o povo no geral, como já havíamos dissertado.

A força que a dinastia de Avis verdadeiramente devia à coroa, a julgarmos pela narrativa de Fernão Lopes, era a massa popular insurrecionada contra D. João de Castela e contra os que apoiavam em nome da legitimidade dinástica. As grandes linhas do debate aparecem claras quando as alternativas se limitam aos dois poderes afectivos: D. João de Portugal, Mestre de Avis e D. João de Castela. De um lado estava o direito dinástico, de um senhor suceder a outro, segundo regras tradicionais, do patrimônio; do outro lado estava um direito novo, ainda não legitimado, o direito inerente aos homens do senhorio, seus trabalhadores e proprietários imediatos, a população da terra, de recusarem um senhor de outra nacionalidade e etnia e de optarem por um senhor seu “natural”(SARAIVA, 1995: 168.)

Em última instância, Saraiva entende que os escritos de Fernão Lopes têm a intenção de mostrar o que é ser um “verdadeiro Português” dentro do contexto de guerra contra Castela. Da mesma forma, o poema de Luis de Camões, *Os Lusíadas* também vai trabalhar a definição da ideia de lusitanidade:

Ser “verdadeiro português”, ter amor a terra e não desejar a sua destruição, é uma razão de coração, um sentimento natural. Justificar a legitimidade do fundador da dinastia de Avis, obrigava, portanto, o cronista a justificar o direito novo, o direito da naturalidade, que era sentido sobretudo pela massa do povo não nobre. As crônicas de Fernão Lopes são a narração deste grande movimento. (Idem: 170)

Para explicar essa questão explicitando a disparidade étnica entre portugueses e castelhanos, Saraiva retoma a metáfora que Fernão Lopes utilizara, retirada da epístola de São Pedro ao falar dos ramos de Oliveira:

“Mas aquelas vergôntes direitas, cuja nascença trouxe seu antigo começo de boa e mansa oliveira portuguesa, esforçaram – se de cortar a árvore que os criou e mudar seu doce fruto, isto é de doer e para chorar!” Esta imagem dos ramos de Oliveira, uns naturais e outros enxertados é tirado da epístola 11 de São Paulo aos romanos, em que ela se aplica aos judeus. Mas o que importa aqui não é a origem da imagem, antes, o facto de Fernão Lopes explicar em termos de natureza a separação entre portugueses e castelhanos. Não é já a fé que está na origem da oposição entre os dois povos, mas algo de tão involuntário, tão exterior as instituições, de tão impositivo como é a natureza. Portugueses e Castelhanos têm naturezas diferentes porque são ramos de diferentes árvores. (Idem: 173)

Conclui-se então que as crônicas de Fernão Lopes consolidam os primeiros escritos históricos lusitanos de maneira separada do resto da península Ibérica, que já tinha sua história escrita desde a *Crónica geral de Espanha de 1344*. Naquele momento, o reino português, através de Fernão Lopes, precisou por uma série de motivos, como vimos, relatar os acontecimentos dos portugueses.

Fernão Lopes deixou – nos na crônica de D. João I a verdadeira epopeia portuguesa, isto é, o poema étnico dos portugueses. O sentido étnico português é próprio, nessa época, da “gente pequena dos lugares”. A aristocracia tinha já a sua própria epopeia, que era a da luta dos povos hispânicos irmanados contra o inimigo Mouro. Os seus heróis chamavam – se Cid Campeador, conde Fernão Gonçalves e outros cavaleiros desta guerra santa, de que a crônica geral de Espanha de 1344 nos conserva a memória e cujo símbolo comum a toda península é o Apóstolo Santiago. Mas na guerra peninsular de 1383 – 1385, a “gente pequena dos lugares” tomou consciência da sua identidade étnica particular; o inimigo com quem se defronta o povo eleito se chama Castela. E sob a epopeia hispânica tradicional nasce a epopeia propriamente portuguesa, que procura revestir – se do mesmo prestígio de santidade que tinha a guerra contra os Mouros. Naturalmente, a epopeia de Fernão Lopes assumem formas que não cabem dentro do gênero épico, considerado sob o aspecto estritamente literário, a começar pela atitude crítica do historiador em que se coloca. (Idem: 202)

Entendemos então que a Batalha de Aljubarrota e as transformações políticas supracitadas em Portugal inseridas na *Crónica de D. João I* contam com personagens e escrita singulares e inovadores para o período, iniciando um processo que será devidamente concretizado apenas com *Os Lusíadas* de Luis de Camões, de pontuar historicamente os personagens de importância dos portugueses, singularizando-os, demarcando-os e distinguindo-os de outros povos a partir dos embates com Castela. Fernão Lopes exalta o

povo, porém, seus principais modelos portugueses são o Mestre de Avís, D. João e o Condestável Nuno Álvares.

2) *O Anticastelhanismo como Alteridade* :

Fernão Lopes vai consolidar uma imagem dos castelhanos oposta a dos portugueses, constituindo uma ideia de Alteridade. Os castelhanos foram lidos como covardes, como aqueles que fogem das batalhas, enquanto os portugueses foram representados como bravos guerreiros que atravessam com coragem as desvantagens numéricas e materiais.

No enredo da *Crónica de D. João I* os castelhanos são descritos como bárbaros cruéis que ao entrar nas cidades portuguesas vão praticando atrocidades ao longo da tomada dos territórios lusitanos. O trecho a seguir expõe todo “mall e dapno” que os castelhanos se punham a fazer quando subjulgavam os lugares os quais passavam:

El Rey de Castela avia já enviada sua frota çerquar Lixboa, e mamdava a graõ presa per todosos senhores e fidalguos e homẽis darmas que se vyesem pera elle, pera entrar em Portugal, segumdo tinha ordenado. E escreveo a dom Pedro bispo de Toledo, e a çertos cavaleiros seus vasalos ajuntasẽ todos em Cidade Rodrigo, e que daly emtrasẽ no Reino de Portugal a talhar vinhas e pães e fazer todo mal e dapno que podessem. Os moradores do luguar quamdo os viraõ vir, porque a çidade não tem outra çerqua nẽ fortaleza [salvo a see], colheraõ se a ela e as igreijas muitos deles com aquilo que levar poderaõ dos averes que tinhaõ, e outros fogiram por esses montes poemdose a salvo cada huõ como melhor podia. Os castelaõs começaraõ de roubar e cativar e fazer todo [mall e] dapno que podiaõ a sua vomtade. Emtravaõ nas igreijas e rouvaraõnas de quoamta prata e aver em elas achavã mas não cativavaõ nenhum dos que se a elas colhiaõ. (LOPES, 1983: 43)¹

Outro exemplo dessa questão pode ser visto quando o rei castelhano entra em Portugal, Fernão Lopes vai narrando as atrocidades atribuídas ao monarca de Castela que incluem decepar mãos e línguas de mulheres e crianças, até por fogo em igrejas.

E porquamto era no mes dAgosto e o Mondego levava agoa, pasou ha mais de toda ha carriagem per sob os arcos da pomte, e cõ alguõs dos que pasavaõ rua direita ãte a porta que chamaõ dAlmedina, foy emvolta de huõa escaramuça cõ hos da vila, em que de hũa parte ouve poucos mortos e feridos. E as jemtes começarom de se estemder a roubar a toda parte, huõs por beira do rio deshy Montemor o velho e deshy Aveiro e deshy a Soure e trouverõ gramde roubo, e com elle hũs poucos de lavradores e mamdou os todos decepar. Despois que el Rey de Castela desta vez entrou em ho reyno ata que chegou a Leirea nnaõ cesu de usar de toda crueldadeasy em homẽis como mulheres e moços pequenos, mamdamdolhe decepar as mãos e cortar as linguoas e outras semelhantes crueldades, e isso mesmo poer fogo a igreijas, especialmente a de saõ Marcos. E esto, como alguõs afirmaõ, era por duas razoẽs: a primeira por vinguança de grãõ queixume que dos portugueses

¹ As citações referentes à *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes e a *Crónica de Afonso Henriques* de Duarte Galvão serão feitas a partir da ortografia original escrita pelos seus respectivos autores. Os Lusíadas de Luis de Camões está em ortografia atual.

levara quando partiu de Lixboa, por lhe todos não obedecerem como lhe quisera; a segunda porque desta vinda nenhum tomava sua voz nem se chegava a elle para o servir. (Idem: 64.)

Como fator complementar dessa imagem negativa castelhana é importante notar nas passagens de Fernão Lopes as seguidas desvantagens numéricas que os portugueses enfrentavam em batalhas, fator que ajuda a ilustrar a bravura portuguesa e a covardia castelhana. João Monteiro nos expõe esse elemento:

O aparatoso exército castelhano, com seus homens “armados com boas e esplandecentes armas, e todos plumões nos bacinetes, que lhes dava mui grande e formosa vista”, contrastando com as forças portuguesas, armados com as mais variadas armas: “solhas, cestas, faldões, panceiros,, lanças, chuços, paus tortados ... machados quem os podia haver”(MONTEIRO, 2003: 37.)

Fernão Lopes descreve numericamente as proporções entre os exércitos da famosa Batalha de Aljubarrota, deixando clara a intenção de enaltecimento dos portugueses:

Ora sabey que quantos de batalhas estórias compilarão, deles mais e deles menos, todos em seus livros fazê memção das gemtes que cada hũ Rey cõsyguo tinhaõ, por saber sua cantidade e dar ho louvor a quẽ parecer que o merecer; doutra guisa os desbaratados e os vemçedores não teriam gloria nẽ doesto. E assy fizeraõ muitos na estória desta batalha a que hũs disseraõ pelo meudo que el Rey de Castela trazia oito mil lanças e outros poseraõ nove mil; e de genetes três mil; e quimze mil besteiros; e de homens de pee vimte mil. Outros deziã em ssoma que eraõ sesenta mil per todos; outros que chegarom a çem mil e outros comtavaõ que per hũs e per outros era tamta miltidaõ que avia hi çem castellaãos pera huũ português; e asy outros mais e menos.(LOPES, 1983: 89.)

O cronista expunha também o modesto exército português, liderado pelo Mestre de Avis e seu Condestável: “*El Rey de Portugal avia per todas mil e seteçemtas lamças e delas não bem coregidas, e de besteiros oitoçentos e de homens de pee quatro mil, que eraõ per todos seis mil e quinhentos. Hos castelaãos, perdo diguaõ [tantos] que se não podiaõ dar a conto.*”(Idem: 91)

Camões, no poema épico, também faz menção à desigualdade numérica da batalha entre os portugueses e os castelhanos. Ao expô-la, demonstra a força bélica e os armamentos utilizados pelos castelhanos.

Farpões, setas e vários tiros voam:
Debaixo dos pés duro dos ardentes
Cavalos, treme a terra, os vales soam:
Espedaçam-se as lanças e as frequentes
Quedas co’as duras armas, tudo atroam:
Recrescem os inimigos sobre a pouca
Gente de Fero Nuno, que os apouca. (IV, 31). (CAMÕES, s/d: 141).

E assim, ainda citando a questão da diferença numérica entre os exércitos, Fernão Lopes prepara o leitor para a Batalha de Aljubarrota, chegando nesse momento a narração no clímax ante o confronto. Narra-se nesse momento um importante discurso do rei D. João I, exaltando os feitos e a coragem de seu exército:

El Rey ysso mesmo na reguarda omde estava, depois de sua comfissão muito sedo feita e recebido o samto sacramento e benção do Arçebispo tomou muy devotamente o sinned da Santa Cruz, poemdo em seu peito de cor vermelha e mamdou aos seus que asy o fizesẽ e estomçe, começou a desforçar os seus, dizendo a todos: Amiguos senhores, nnaõ embarguando que nossos imiguos vennhaõ a em grande multidaõ como vedes, naõ queiraes temer ho espamto que poẽ, mas sede fortes e nnaõ temaes nada, pois que legeira cousa hee ao senhor Deus sogeguar muitos em maõs de poucos. E pois ele vem a nois cõ graõ soberba e desprezamento por nois destruir e roubar e tomar molheres e filhos quanto nos acharẽ; e nos por nosa defemssaõ e do Reinno e da nossa Madre Sana igreja pelejamos com eles e vos vereis oje como todos saõ vemçidos e deribados ante noẽ. Os Portugueses como os virãoo abalar, começarã a avivar os corações pera os receber, e com boõ esforço, dando as trombetas, moverã paso e paso, em sua boa ordenança, o Condestabre ante a sua bamdeira, e asy cada huõ como lhe fora mamdado; seu apelido era Portugual e sãõ Jorgee e dos imiguos Castilha e sãõ Tiaguõ. (LOPES, 1985: 103 – 105.)

Luis de Camões, na escrita d'*Os Lusíadas*, retrata o clímax da Batalha de Aljubarrota demonstrando a violência existente no embate, separando, assim como Fernão Lopes, um espaço descritivo de preparação para a Batalha a partir dos seguintes versos:

Estavam pelos muros temerosas,
E de um alegre medo quase frias,
Rezando as mães, irmãs, damas, e esposas,
Prometendo jejuns e romarias.
Já chegam as esquadras belicosas
Defronte das imigas companhias,
Que com grita grandíssima os recebem;
E todas grande dúvida concebem.

Respondem as trombetas mensageiras,
Pífaros sibilantes, e atambores;
Alferezes volteiam as bandeiras,
Que variadas são de muitas cores.
Era no seco tempo, que nas eiras
Ceres o fruto deixa aos lavradores;
Entra em Astrea o sol no mês de agosto,
Baco das uvas tira o doce mosto.

Deu sinal a trombeta castelhana,

Horrendo, fero, ingente e temeroso:
Ouviu-o monte Artábrego; e o Guadiana
Atrás tornou as ondas de medroso:
Ouviu-o o Douro, e a terra transtagana;
Correu ao mar o Tejo duvidoso:
E as mães que o som terrível escutaram,
Aos Peitos os filhinhos apertaram.

Quantos rostos ali se vem sem cor,
Que ao coração acode o sangue amigo:
Que nos perigos grandes o temor
É menor, muitas vezes, que o perigo:
E se o não é, parece-o; que o furor
De ofender, ou vencer o duro inimigo,
Faz não sentir que é perda grande e rara,
Dos membros corporais da vida cara.

Começa-se a travar a incerta guerra;
De ambas as partes se move a primeira ala;
Uns leva a defesa da própria terra,
Outros as esperanças de ganhá-la;
Logo o grande pereira em que se encerra
Todo o valor primeiro se assinala;
Derriba, e encontra, e a terra enfim semeia
Dos que tanto desejam sendo alheia.

Já pelo espesso ar os estridentes (IV, 26 – 30). (CAMÕES, s/d: 39 – 41)

A partir desse momento é que Fernão Lopes expõe o principal elemento constituinte da Alteridade dos castelhanos com os portugueses, eis que chega o ponto central da covardia e desonra castelhana. Em um longo processo discursivo de Fernão Lopes, essa representação é trabalhada ao longo de vários capítulos da *Crónica de D. João I*. Essa estigma já se insere no final da Batalha de Aljubarrota, quando a bandeira castelhana é derrubada e o rei D. João de Castela foge. A fuga é construída como uma reação castelhana exaustivamente repetitiva nas suas derrotas em campo de batalha.

El Rey quando vio avanguarda rota, cō grande cuidado e todos com ele, abalou rijamente cō sua bandeira, dizendo altas vozes cō grande esforço: Avante, senhores! Avante, avante! São Jorge ! São Jorge! Português, Português, que euu são el Rey!. E sendo a batalha cada vez maior e muy ferida dambolas partes, prouve a Deus que a bandeira de Castela foy derribada e o pendaço da divisa com ela, e algũs castelaõs começarão de voltar atras; os moços portugueses que tinhaõ as bestas e muitos dos outros que eraõ com eles começarão altas vozes bradar e dizer: Já fogem!

Já Fogem! E os castelaões, por não fazer deles mentirosos, começaraõ cada vez de fogir mais. (LOPES, 1983: 107)

Fernão Lopes vai mostrando a fuga do rei castelhano após a derrota da Batalha de Aljubarrota. O cronista narra o caminho do rei até Santarém, sendo o monarca ridicularizado pela narrativa construída pelo autor da crônica.

El Rey de Castela ouulhamdo a batalha e vemdo que há ffortuna de todo em todo era favorável aos portuugueses, de guisa que sua bamdeira era já abatida e muitos dos seus voltavaõ atras e se colhiaõ as bestas que achavaõ por averem mais toste de fogir, trigouse como quẽ naõ semte dor por loguo partir amte que mais vise como se perdia a batalha de todo; e deçeo da mula em que estava e poseraõno em hũu cavalo em que a presa começou damdar na bem acompanhado e cheio de temor e levou direita estrada caminho de samtarẽ. El Rey comtinouo seu caminho sẽ fazer detemça e cansou aquele cavalo e deramlhe outro e temdo amdadas omze leguoas e mea que avia domde partio ataa Samtarẽ. El Rey emtrou cõ o rosto cuberto como vinnha e asemtouse em huũ bamquo, muito casado, co gesto fora de toda lediçe. E porque ele era doẽte de tremor, e aquele dia fora ho da çesaõ, emadia a dor ha sua tristeza muito mais nojoso sẽbrante. (Idem: 107 – 108.)

O rei chega à cidade e começa a admitir sua ausência de bravura frente ao conflito, nesse momento o monarca assume seus atos desonrados, mostrando-se um rei fraco, uma vez que deixou seus companheiros em campo para morrerem em batalha.

E estando asy huũ pouco, naõ lhe ousamdo nhenhuũ de falar, alçouse rijo e começou damdar rezoamdo comsyguo, ameselamdose muito e dizemdo: ho deus, queue Mao Rey e sem ventura! O senhor dame a morte aquy omde estou, pois nnaõ ouve ventura de morer cõ os meus! E movemdose soo comtra hũa parede e choramdo dizia asy: Ho bõos vasalos amigos, que maoo Rey e maoo parçeiro tyvestes em mỹ, que vos trouve todos a matar e não vos puude acorer e nẽ ser boõ! O Deus, porque te prouguue leixar huũ Rey taõ soo e tão deseparado de tamtos e bõos como ey perdido! Viverey lastimamdo em todos meus dias e mais me valera a morte que a vida! Bem poso dizer que em ma ora vom a Portugal, pois que fiquy Rey sẽ gente!. (Idem: 108)

Com a fuga do rei castelhano, Fernão Lopes expõe também como ficaram os castelhanos em batalha, o cronista descreve-os fugindo desarmados para poder correr mais rápido, se escondendo, tentando de maneira malograda se disfarçar entre a população portuguesa. Porém, distinguindo mais uma vez etnicamente os dois povos, o cronista escreve que a língua foi o elemento delator daqueles castelhanos que se escondiam.

Vemdo hos castelaões que seu senhor avia fogido e queue a batalha em cada parte se vencia, perdida toda esperamça sem vomtade de mais ferir, começaraõ todos de voltar atras e desẽmparar o campo, asy que em breve espaço foy comcordida a ardidez de tamta moltidão de gente caa naõ durou a batalha espaço de mea pequena hora ataa mostrarse toda ser perdida. Aly vireis huũs cavalgar nas bestas que percalçar podiam, sem perguntamdo cujas herãõ, por se triguosamente poer em salvo; outros se descargavaõ das armas que vestidas tinhãõ, por mais ligeiramente poder fogir; deles fogimdo a pee hiamse desarmamdo por correr mais leve pera poder escapar; muitos outros voltavaõ os Jaques, ho de demtro pera fora, por naõ, serẽ conheçidos, mas despoes, ho falar da limguoa, mostramdo sua nação, hera azo

de seu acabamento. Os que erão mal emcavalguados e outros cõ muito camçasso não podião fogir a sua vomtade e cõ gramde medo sahiamse das estradas e metiaõse por eses matos; e porque naõ sabiaõ o amdavaõ de hũa parte pera outra. E a gente da terra, que ã o outro dia acodio muita, faziaõ em eles gramde matamça. (Idem: 114)

Na seguinte situação, Fernão Lopes também demonstra o desespero castelhano na tentativa de fuga:

Hora de quoyal quer guisa que fose, o Priol que era mais avisado em feito de guerra, dise loguo ao Mestre que era bem de poerem recado nas portas da vila, que os castelãos que da batalha fogião não se acolhesem a ele, e muitos portugueses e judeus e mouros que no luguar moravaõ com eles de mestura, e começarão a bradar altas vozes: Portual!Portugal! por el Rey dom Johaõ! Morrão os tredores cismaticos castelãos! E eles, ouvindo tal apelido que costumado não avião, cuidamdo que el Rey ou Nuno Alvarez emtravão o luguar, com temor de morte começarão de fogir e naõ sabiaõ per omde. (Idem: 133)

Fernão Lopes termina por sintetizar no trecho a seguir a construção de Alteridade feita entre castelhanos e portugueses, descrevendo que enquanto os lusitanos eram bravos e corajosos, seus rivais eram desonrados. O cronista mostra também o poder da Divina Providência agindo em prol dos portugueses como recompensa de sua retidão cristã, expondo que a vitória se deu em grande medida porque eles eram os eleitos de Deus e os verdadeiros fiéis de cristo.

O que maravilha taõ gramde e que juízo do mui alto Deus, que aquele que cõ infimda multidaõ de oste cuidou de gastar a terra e tomar o Reinno que seu naõ hera , fogio asy delle deshommradamente, que mais a presa ser naõ podia; e os porgueses cobrarão de seus imiguos tão homrrosa fama e boa nomeada , quoyal mûy longa velhiçe já nunca tirara da memória. O Christo Jesus, imagem de deus padre, poderoso em virtude e forte em nas batalhas, muitas graças e louvores te damos que por tua infimda piedade quyeste oulhar por os portugueses o dia de seu grão trabalho, por lhe dar a homra de vemicimento comtra a sanha de seus cruéis imiguos. (Idem: 128)

O rei D. João de Castela é construído como covarde também em *Os Lusíadas*, configurando uma continuidade sobre a tradição literária anticastelhana e continuando a formar uma oposição entre os castelhanos e os portugueses. Camões nos expõe, assim como Fernão Lopes, o arrependimento e a frustração do rei D. João de Castela ao ter suas empresas bélicas malogradas sobre a vitória lusitana.

Aqui a fera batalha se encrucece
Com mortes, gritos, sangue e cutiladas;
A multidão da gente que perece ,
Tem as flores da própria cor mudadas:
Já as costas dão, e as vidas; já falece
O furor, e sobejam as lançadas;
Já de Castela o rei desbaratado

Se vê e de seu propósito mudado.

O campo vai deixando ao vencedor,
Contente do lhe não deixar a vida;
Seguem-no os que ficaram: e o temor
Lhes dá não pés, mas asas á fugida.
Encobrem no profundo peito a dor
Da morte, da fazenda despedida,
Da mágoa, da desonra, e triste nojo
De ver outrem triunfar de seu despojo.

Alguns vão maldizendo, e blasfemando
Do primeiro que guerra fez no mundo;
Outros a sede dura vão culpando
Do peito cobiçoso e sitibundo,
Que por tomar o alheio, o miserando
Povo aventura às penas do profundo:
Deixando tantas mães, tantas esposas
Sem filhos, sem maridos, desditosas.

O vencedor Joane esteve os dias
Costumados no campo, em grande glória:
Mas Nuno que não querer por outras vias
Entre as gentes deixar de si memória,
Senão por armas sempre soberanas,
Para as terras se passar trastaganas.

Ajuda o seu destino de maneira,
Que fez igual o efeito ao pensamento;
Porque a terra dos Vândalos fronteira
Lhe concede o despojo, e o vencimento
Já de Sevilha a Bética bandeira,
E de vários senhores, num momento
Se lhe derruba aos pés sem ter defesa.

Obrigados a força portuguesa. (IV, 42 – 46). (CAMÕES, s/d: 145 – 146).

Cleonice Berardinelli disserta sobre essa tradição literária anticastelhana n' *Os Lusíadas*, expondo-nos as heranças de Fernão Lopes:

Esta referência à rapidez com que partem, lançando o ridículo sobre os castelhanos, é sugerida a Camões, pelo texto de Fernão Lopes, que visivelmente, tão próximo aos

acontecimentos e a eles ligado como protegido do mestre de Avis, maldosamente se diverte em acentuar o desaire da fuga. (BERARDINELLI, 2000: 67.)

Outros cronistas posteriores à Fernão Lopes também adotam essa mesma imagem negativa dos castelhanos, como por exemplo, a *Crônica de Afonso Henriques*, de autoria de Duarte Galvão (1505). Nela é exposto o conflito do primeiro rei português com o rei Afonso de Castela. O monarca castelhano é representado com as mesmas características do rei D. João I de Castela, sendo visto como fraco e desonrado. Nota-se que o elemento da fuga após a derrota da batalha permanece.

Veendo assi a Rainha dona Tereyia como o príncipe dom Affomso Hamrriquez, seu filho, a nam queria soltar, emuiou seus rrecados mais secretos que pode a el Rey dom Affomso de Castella, chamado emprerador, como el Rey dom Affomso seu auoo, em que lhe fazia queixume do príncipe seu filho a teer presa, dizendo que Portugall perteemçia a elle de direito. Quamdo el Rey de Castella uio o rrecado de sua tia, aprouuelhe mujto com ele: e fez loguo suas gemtes de Castella, Liam, dAragam e de Galizza, e aballou com muy grande poder comtra portugall. Os portugueses que lhes souberam que el Rey de Castella ajumtaua seu poder pera uijir comquistar Portugall, ouueram todos seu acordo que teuessem com o príncipe dom Affomso Hamrriquez, e o ajudassem comtra elle: emtam se uieram pera o príncipe muy guarneçidos de suas armas, e esperaram el Rey de Castella. O quall tempo hi chegou, logo huñs e outros hordenaram suas azes pera batalha, e damballas partes foy forte a pelleia, e tam gram uemçimento por parte do pimçipe dom Affomso, que el Rey de Castella foy ferido na perna esquerda de duas lamçadas, e sahiose da batalha em huñ cauallo bramco fogimdo, acolhemdose o mais que pode em Toledo por auer medo de com este desbarato perder a çidade. (GALVÃO, 1995: 29 – 30)

Podemos constatar que Fernão Lopes consolida uma representação anticastelhana de Alteridade em relação aos portugueses. Essa tradição literária não chega apenas ao poema épico *Os Lusíadas*, mas em muitas outras literaturas referenciais de Portugal como vimos na crônica acima. A épica camoniana sem dúvida bebeu nas fontes das crônicas de Fernão Lopes, que apesar de prosador, ajudou a desenvolver em Portugal o estilo épico juntamente com a ideia étnica do português. Dessa forma, concordamos com Antônio José Saraiva ao afirmar que Luis de Camões foi um “épico póstumo” sobre a sombra de Fernão Lopes. Sobre o cronista, Saraiva entende que

O autor sente-se realista, naturalmente, sem perplexidades ou hesitações, pelo simples facto de que a colectividade com que ele se identifica é portadora da razão. Para ele não há duplicidade entre sujeito e objeto. Vem daqui a grandeza de Fernão Lopes e a força que impulsiona a extraordinária criação que são as suas crônicas. Nele (muito mais do que em Camões) pode dizer-se que encontramos, na sua forma mais completa e acabada a epopeia nacional portuguesa. Em comparação com as crônicas, *Os Lusíadas* aparecem-nos como uma epopeia póstuma, inspirada pela nostalgia e pelo sentimento de uma ausência que quer negar-se. (SARAIVA & LOPES, 1955: 140.)

A importância de Fernão Lopes para a consolidação da ideia de Portugal é grande, além da formação de toda uma tradição literária que pode ser atribuída ao cronista.

Porém, vemos que essa contribuição foi possível pela sua formação intelectual, estando ele imerso nas discussões literárias do período e anteriores, além das condições políticas anteriores das crônicas escritas pelo mesmo. A investida de Castela contra Portugal deu a ele margem para modelar o próprio português através da diferença. Camões em seus *Lusíadas* incorpora essa ideia do castelhano; podemos ver uma confluência de imagens entre o cronista e o poeta sobre a questão do anticastelhanismo a partir da Batalha de Aljubarrota, sendo considerada um importante evento histórico na construção literária do *self* lusitano mediante elementos culturais compartilháveis.

FONTES:

CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Porto: Livraria Lello & irmão, S/d.

GALVÃO, Duarte. *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Minho: Livraria Civilização editora, 1983. Vols I e II.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, Martim de. *A expressão do poder em Luis de Camões*. Lisboa: Imprensa nacional da casa da moeda, 1988.

AMADO, Teresa. Fernão Lopes contador de História: Sobre a Crónica de d. João I. Lisboa: editorial Estampa, 1991.

BERARDINELLI, Cleonice. *Estudos Camonianos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. Vol 4.

BOXER, Charles. R. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa: Renascença*. Lisboa: Casa da Moeda, 2005.

CIDADE, Hernâni. *A literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina: A ideias – os Factos e as formas de Arte*. Coimbra: Armênio Amado editor, 1963.

_____ & SELVAGEM, Carlos. *Cultura Portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, S/d.

_____. *Lições de Cultura e literatura Portuguesas (séculos XV, XVI e XVIII)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1968.

_____. *Luis de Camões - O Épico*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1968.

- _____. *Luis de Camões – O Lírico*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1967.
- _____. *O Conceito de poesia como expressão da Cultura: Sua evolução através das literaturas portuguesa e brasileira*. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1945.
- _____. *Portugal Histórico Cultural*. Lisboa: Editora Arcadia, 1972.
- _____. *Vida e Obra de Luis de Camões*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- DIAS, José Sebastião da Silva. *Camões no Portugal de quinhentos*. Lisboa: Ministério da educação e ciência, 1981.
- _____. *Portugal e a Cultura Européia (Sécs. XVI a XVIII)*. Coimbra: Coimbra Editora LTDA, MCMLIII.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *A épica Portuguesa no século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.
- _____. *História Literária de Portugal*. Coimbra: Editora Nobel, 1944.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Palas editores: Lisboa. 1976.
- MARTINS, Cristiano. *Camões: Temas e motivos da obra lírica*. Americ=Edit, 1944.
- MATTOSO, José. *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*. Circulo de Leitores: Lisboa. 1993.
- _____. *História de Portugal: A monarquia Feudal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MONTEIRO, João Gouveia. *Aljubarrota 1385: A batalha real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003.
- SARAIVA, Antonio José. *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa – América. 1950.
- _____. ; LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Porto editora, 1955.
- _____. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1995
- _____. *Para a história da cultura em Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1946. Vols. I e II
- TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2001.